

A floresta amazônica e a maquiagem contábil

As investigações envolvendo o Banco Master e a gestora Reag Investimentos trouxeram à tona uma trama que envolve a sobrevalorização de ativos ambientais em terras públicas, como bem explicado na matéria desta Folha (Empresas na teia do Master usam terras da União para fabricar R\$ 45 bi em créditos de carbono, 17/01).

Um erro comum de interpretação — por vezes explorado de má-fé — é confundir o estoque de carbono (o que já está na árvore) com créditos de carbono. Porém, no mercado internacional e brasileiro (REDD+), o crédito só é gerado pela *adicionalidade*: é preciso provar que aquela floresta seria desmatada e que o projeto a salvou, ou que uma nova floresta está sendo plantada.

Os chamados “Greener Preservation Tokens”, emitidos por empresas ligadas ao grupo Reag, não são créditos de carbono certificados por padrões rigorosos (como Verra ou Gold Standard). Eles representam uma promessa de preservação de um estoque já existente. Por não possuírem certificação de auditorias independentes e globais, esses tokens certamente valem menos que os créditos de carbono. Quanto menos é difícil de dizer porque no mercado, eles são vistos com desconfiança, pois carecem de liquidez e de garantias de que a terra é, de fato, privada e legalizada.

Para compreender a magnitude financeira do que está em jogo, primeiro é preciso estimar o estoque físico de carbono na área, de 144 mil hectares. Considerando que a biomassa média da floresta amazônica preservada estoca cerca de 170 toneladas de carbono por hectare (dados do INPA), a Fazenda Floresta Amazônica deteria um estoque total de 24 milhões de toneladas de carbono. Se considerarmos o equivalente em CO₂ (multiplicando pelo fator 3,67), chegaríamos a um potencial de aproximadamente 88 milhões de toneladas de CO₂eq estocados na vegetação nativa.

Para entender o abismo entre a realidade e o que foi reportado como “fabricação de R\$ 45 bilhões”, basta olhar para os preços do mercado voluntário. Créditos de conservação florestal (REDD+) de alta integridade são negociados entre US\$ 5 e US\$ 15 por tonelada de CO₂eq. Se a tal fazenda fosse integralmente propriedade particular (tudo indica que não é) e o estoque total pudesse ser transformado em créditos certificados e vendido ao preço médio de US\$ 10 (hipóteses muito otimistas), o valor total seria de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

Como então as empresas chegaram a um valor cerca de 10 vezes maior, de R\$ 45 bilhões? A resposta está na valorização artificial dos ativos: ao avaliar o estoque total de forma agressiva e sem o deságio da falta de certificação, cria-se um patrimônio bilionário no papel que serve apenas para lastrear operações financeiras complexas.

Toda essa “alquimia” de carbono ganha sentido quando conectada às recente liquidações da Reag Investimentos e do Banco Master. Esses ativos de carbono — gerados sobre terras da União com sobreposições ilegais (como mostrado na matéria da Folha) eram utilizados para “inflar” o patrimônio de fundos de investimento geridos pela Reag. Esses fundos recebiam aportes ou realizavam transações com o Banco Master em uma espécie de “ciranda financeira”, onde a floresta amazônica não foi usada para o bem do clima, mas como uma ferramenta de maquiagem contábil.

economia

Ministério Público pede ao TCU que apure esquema de crédito de carbono da família Vorcaro

BRASÍLIA O MP-TCU (Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União) pediu à corte que apure as irregularidades relacionadas ao esquema de créditos de carbono envolvendo a família Vórcaro, a empresa Alliance Participações e os fundos administrados pela Reag.

O subprocurador-geral da República Lucas Rocha Furtado, autor do pedido, solicita que a corte investigue a utilização de terras públicas e a emissão de créditos de carbono sem lastro real.

Purtado fundamenta seu pedido em reportagem publicada pela **Folha** segundo a qual a família Vercorac é a verdadeira dona de um projeto bilionário de créditos de estoque carbono que pretende realizar na Amazônia, usando uma metodologia de cálculo de crédito sem nenhum tipo de lastro no mercado, além de se basear em terras que pertencem à União, o que impede a exploração por qualquer ente privado.

Em sua representação, Furta-do pede ao TCU para "analisar as operações financeiras realizadas com base nos créditos de carbono fictícios, bem como os impactos dessas transações no patrimônio da União e na credibilidade do mercado de carbono".

O procurador também solicita que seja verificada a conformidade das operações com os dispositivos da lei 15.042, de 11 de dezembro de 2024, especialmente no que diz respeito à certificação dos créditos de carbono e à comprovação de redução de emissões.

"Caso seja comprovadas as irregularidades, identificar os responsáveis e adotar as medidas cabíveis para a responsabilização administrativa, civil e penal dos envolvidos", afirma Furtado, em sua representação. O pedido será analisado pelos ministros da corte.

Dois fundos sob gestão da Reg tiveram seu patrimônio reavaliado porque duas empresas das quais eles eram acionistas foram turbinadas em mais de R\$ 45,5 bilhões com a geração de carbono advinda dessa área pública.

O elo entre o projeto irregular de carbono e a família Vercaro se dá por meio de uma empresa chamada Alliance Participações, conforme contratos e laudos aos quais a reportagem teve acesso.

A Alliance é controlada por Henrique Moura Vorcaro, que ocupa a cadeira de presidente, e Natália Bueno Vorcaro Zettel, diretora da empresa e mulher de Fabiano Zettel, alvo de operação na semana passada. Trata-se do pai e da irmã de Daniel Vorcaro, que sempre negou participação no negócio de carbono na região.

Henrique Moura Vercaro, Natália Bueno Vercaro Zettl e Daniel Vercaro negam envolvimento com irregularidades. André Borges, Adriana Fernandes e Lucas Marchesini

A floresta amazônica e a maquiagem contábil

Ativos de carbono eram utilizados para inflar o patrimônio de fundos

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

As investigações envolvendo o Banco Master e a gestora Reag Investimentos trouxeram à tona uma trama que envolve a sobrevalorização de ativos ambientais em terras públicas, como bem explicado na reportagem "Empresas na teia do Master usam terras da União para fabricar R\$ 45 bi em créditos de carbono", publicada nesta **Folha** no sábado (17).

Um erro comum de interpretação — por vezes explorado de má-fé — é confundir o estoque de carbono (o que já está na árvore) com créditos de carbono. Porém, no mercado internacional e brasileiro (Redd+), o crédito só é gerado pela adicionalidade: é preciso provar que aquela floresta seria desmatada e que o projeto a salvou, ou que uma nova floresta está sendo plantada.

Os chamados "Greener Preservation Tokens", emitidos por empresas ligadas ao grupo Reag, não são créditos de carbono certificados por padrões rigorosos (como Verra ou Gold Standard). Eles representam uma promessa de preservação de um estoque já existente. Por não possuírem certificação de auditorias independentes e globais, esses tokens certamente valem menos que os créditos de carbono. O quanto menos é difícil de dizer porque, no mercado, eles são vistos com desconfiança, pois carecem de liquidez e de garantias de que a terra é, de fato, privada e legalizada.

Fundos faziam transações com o Banco Master numa espécie de ciranda financeira', em que a floresta não foi usada para o bem do clima, mas como ferramenta de maquiagem corporal

Para entender o abismo entre a realidade e o que foi reportado como "fabricação de R\$ 45 bilhões", basta olhar para os preços do mercado voluntário. Créditos de conservação florestal (Redd+) de alta integridade são negociados entre US\$ 5 e US\$ 15 por tonelada de CO₂eq. Se a tal fazenda fosse integralmente propriedade particular (tudo indica que não é) e o estoque total pudesse ser transformado em créditos certificados e vendidos ao preço médio de US\$ 10 (hipóteses muito otimistas), o valor total seria de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

Como então as empresas chegaram a um valor cerca de dez vezes maior, de R\$ 45 bilhões? A resposta está na valorização artificial dos ativos: ao avaliar o estoque total de forma agressiva e sem o deságio da falta de certificação, cria-se um patrimônio bilionário no papel que serve apenas para lastrear operações financeiras complexas.

Toda essa "alquimia" de carbono ganha sentido quando conectada às recentes liquidações da Reag Investimentos e do Banco Master. Esses ativos de carbono — gerados sobre terras da União com sobreposições ilegais, como mostrado na reportagem da Folha — eram utilizados para "inflar" o patrimônio de fundos de investimento geridos pela Reag. Esses fundos recebiam aportes ou realizavam transações com o Master em uma espécie de "ciranda financeira", em que a floresta amazônica não foi usada para o bem do clima, mas como uma ferramenta de maquiagem contábil.

[illegible]